

# OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O “NOVO” INIMIGO: O GOVERNO BUSH E A JUSTIFICATIVA PARA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

---

LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA Y EL "NUEVO" ENEMIGO: LA  
ADMINISTRACIÓN BUSH Y LA JUSTIFICACIÓN DE LA GUERRA  
CONTRA EL TERRORISMO

---

THE UNITED STATES OF AMERICA AND THE "NEW" ENEMY: THE  
BUSH ADMINISTRATION AND THE JUSTIFICATION FOR THE WAR ON  
TERRORISM

**DOI: 10.22481/rbba.v10i02.9740**

Adilson Amorim de Sousa  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5963-9015>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8663165456113670>  
Endereço eletrônico: [adilson.sousa@uesb.edu.br](mailto:adilson.sousa@uesb.edu.br)

Ana Cláudia Rocha  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0372-2207>  
Endereço eletrônico: [annahclaudya19@hotmail.com](mailto:annahclaudya19@hotmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7898615147273246>

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo, a retórica de presidentes dos EUA na busca pela consolidação de uma opinião pública favorável à sua política externa, com destaque especial para a gestão do presidente George W. Bush filho. Tendo como base a busca dos EUA pela consolidação da sua liderança mundial, buscamos entender

a importância dada para a configuração de um inimigo externo, seja no mundo bipolarizado da Guerra Fria, seja no cenário pós crise da URSS, com a eleição do terrorismo como inimigo preferencial. O objetivo é levar ao leitor compreensão sobre a influência que a retórica exerceu como principal ferramenta de justificativa e consolidação de um consenso sobre a importância de combate ao inimigo externo e o papel de liderança e hegemonia assumido pelos EUA.

**Palavras-chave:** Estados Unidos. George W. Bush. Terrorismo.

### RESUMEN

Este trabajo tiene como objeto de estudio la retórica de los presidentes estadounidenses que buscan consolidar una opinión pública favorable a su política exterior, con especial énfasis en la administración del presidente George W. Bush, Jr. A partir de la búsqueda de Estados Unidos por la consolidación de su liderazgo mundial, buscaremos comprender la importancia que se le da a la configuración de un enemigo externo, ya sea en el mundo bipolarizado de la Guerra Fría, o en el escenario de crisis post-URSS, con la elección del terrorismo como enemigo preferido. El objetivo es que el lector comprenda la influencia que ejerció la retórica como principal herramienta para justificar y consolidar un consenso sobre la importancia de combatir al enemigo externo y el papel de liderazgo y hegemonía asumido por EE. UU.

**Palabras Clave:** Estados Unidos de América. George W. Bush. Terrorismo.

### ABSTRACT

This work has as its object of study, the rhetoric of US presidents seeking to consolidate a public opinion favorable to their foreign policy, with special emphasis on the administration of President George W. Bush, Jr. Based on the US search for the consolidation of its world leadership, we will seek to understand the importance given to the configuration of an external enemy, whether in the bipolarized world of the Cold War, or in the post-USSR crisis scenario, with the election of terrorism as a preferred enemy. The objective is to provide the reader with an understanding of the influence that rhetoric exerted as the main tool for justifying and consolidating a consensus on

the importance of combating the external enemy and the role of leadership and hegemony assumed by the USA.

**Keywords:** United States. George W. Bush. Terrorism.

## INTRODUÇÃO

A história dos Estados Unidos da América é marcada pela construção e utilização permanente de um discurso de supervalorização da nação, com base no patriotismo, na defesa dos seus valores morais, religiosos, do seu sistema econômico e político, em detrimento da inferiorização do outro. A construção dessa retórica, tida como pilar central do discurso hegemônico dos EUA, é perceptível em diversos contextos históricos, independente do agente opositor em destaque. Tal postura baseia-se sempre na construção de um inimigo a ser combatido e/ou conquistado, seja ele um território a ser incorporado, um povo “bárbaro” a ser submetido, países rivais a serem derrotados ou grupos terroristas a serem destruídos.

A busca pela construção dessa imagem, passa pelo aparelhamento do Estado, em seus diversos níveis (político, econômico, ideológico) na consolidação, junto à opinião pública, de um consenso em relação aos valores defendidos e aos mecanismos utilizados para tal fim, qual seja: a conquista da hegemonia dos valores estadunidenses mundo afora. Processo que pode ser observado em diversos períodos da história recente desse país, embora tenha suas bases, antes mesmo da sua formação como Estado independente.

Nesse estudo, daremos um enfoque especial para os primeiros anos do século XXI, com destaque para o governo de George W. Bush<sup>i</sup> (2002-2009). Buscaremos identificar, nesse governo, a busca pela afirmação de uma retórica de valorização dos princípios formadores dos Estados Unidos, em detrimento da desvalorização dos agentes externos a ele. Processo esse, que visa, sobretudo, garantir aos EUA o papel de potência hegemônica mundial.

O governo Bush, marcado por um contexto pós Guerra Fria<sup>ii</sup> e por todas as consequências desse momento histórico, apresenta uma conjuntura bem difusa e complexa, na busca por assegurar ao país o papel de principal potencial mundial. Em um cenário de crise generalizada da União Soviética, era fundamental para os interesses estadunidense na busca por garantir a liderança do mundo ocidental, eleger um novo inimigo, papel que passou a ser ocupado pelo terrorismo internacional, em suas distintas matizes.

A indicação do surgimento de uma “nova” ameaça aos pilares civilizatórios defendidos pelos Estados Unidos e aos seus interesses econômicos, muda, em parte a estratégia de luta

utilizada. Porém, o “novo” inimigo, não impõe alterações nos argumentos e métodos de convencimento utilizados pelo Estado na consolidação de uma opinião pública a favor dos méritos dessa guerra e da importância dos EUA na liderança pela “*pax mundial*”.

É objetivo central desse trabalho, mostrar a construção do discurso oficial visando garantir a hegemonia política dos EUA no pós Guerra Fria, com destaque para os conflitos internacionais ocorridos no governo de Bush II. Nesse contexto, com a identificação de uma nova “ameaça”, o governo dos EUA, passa utilizar-se de toda uma retórica inflamada contra os grupos terroristas, definidos como uma grande ameaça à segurança nacional e aos países civilizados. Discurso que, não obstante os interesses políticos, busca resguardar os interesses econômicos estadunidense, ao garantir o controle sobre ricas regiões produtoras de petróleo, na região do Oriente Médio.

Teremos como base para esse estudo, além da bibliografia pertinente ao tema e período tratado, fontes jornalísticas, documentos oficiais do governo dos EUA e os discursos políticos dos chefes de Estado do período trabalhado, utilizando para tal, a análise do discurso, em confrontação com os fatos e notícias divulgadas no referido período.

### **Os fundamentos da superioridade estadunidense**

Partindo do processo histórico de colonização da América do Norte, podemos notar a importância da construção do discurso para promover a dominação, seja de território ou de povos. Ao se depararem com os diversos povos indígenas presentes nas terras do “Novo Mundo” os colonizadores britânicos adotaram uma postura de inferiorização dos nativos através da utilização de adjetivos pejorativos como: incivilizados, selvagens, ímpios e primitivos, como é mostrado no relato de 1628 do clérigo Jonas Michaëlius:

Quanto aos nativos deste país, encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda decência; mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estacas de jardim, espertos em todas as perversidades e ímpios, homens endemoniados que não servem a ninguém senão o diabo [...]. É difícil dizer como se pode guiar a esta gente o verdadeiro conhecimento de deus e de seu mediador Jesus Cristo (*Apud* KARNAL, 2007, p.50).

A forma como descreve os povos indígenas e como indaga o que poderia ser feito para que esses povos fossem guiados à “civilidade”, pressupõe um tipo de posicionamento discursivo que se perpetua por toda a história dos EUA, desde seu estabelecimento como nação

até a contemporaneidade: O povo “americano” sempre será inserido historicamente em sua retórica como o responsável por guiar ao caminho da “luz” todos aqueles que necessitarem e também de punir todos que se mostrarem como uma ameaça aos seus valores e interesses.

Não só a inferiorização dos indígenas, mas também a superioridade dos colonos foi utilizada em seus discursos ao se declararem como o povo eleito por Deus para conquista da “Canaã”, a Terra Prometida comparando e buscando legitimar a invasão europeia por meio da comparação com o relato bíblico da trajetória de Moisés e do povo hebreu (KARNAL, 2007, p.50).

Desde seu estabelecimento como país independente da metrópole britânica, os EUA adotaram um discurso que buscava demonstrar a importância de sua existência e de suas conquistas: o estabelecimento da República, da democracia, bem como o seu sistema econômico. No século XX, essa necessidade passa a não se limitar as fronteiras do território das antigas treze colônias, mas inicia-se um processo de expansão da sua zona de influência, movido pela urgência do crescimento econômico e conseqüentemente a construção e consolidação do “Império” estadunidense.

[...] Sem abandonar suas raízes, encontradas nas formulações do Destino Manifesto, a expansão dos territórios no século XX, baseou-se numa correlação direta entre a prosperidade e a expansão contínua, com a utilização de estratégias preferenciais de conquistas de espaços econômicos e políticos que determinassem mais dois componentes do padrão histórico: a política das portas abertas e a construção do império norte-americano (PECEQUILO, 2011, pp.85-86).

A política de Portas Abertas citada por Pecequilo é um ponto interessante sobre a postura dos EUA diante de seus objetivos internacionais. Visando o território chinês, em 1899, os estadunidenses se mostram totalmente contrários à partilha daquele país entre os europeus, através de um discurso no qual entre os argumentos estava presente a ideia de defesa da República e assim garantiram sua liberdade de ação no território sem a inconveniência do colonialismo (PECEQUILO, 2011, p. 86-87).

Desde o início do século XX, já em 1904 os estadunidenses se posicionam, de acordo com Pecequilo (2011), como responsáveis por policiar a política dos países latino-americanos, para “conduzi-los” de forma que mantivessem protegidos os interesses políticos e econômicos estadunidenses. Sob a presidência de Roosevelt uma das estratégias utilizadas para manutenção da “ordem” era o combate e não-incentivo aos movimentos de caráter revolucionário. Várias

intervenções militares foram realizadas na América Latina e assim os EUA iam consolidando sua hegemonia e construindo uma imagem de “salvadores” da América e únicos capacitados para “a pesada incumbência” de promover o desenvolvimento e a ordem no continente e no mundo.

Já no período sob a presidência de Woodrow Wilson<sup>iii</sup> (1913-1921), Williams define muito bem o posicionamento estadunidense diante do cenário mundial com objetivo de adequar o mundo aos seus princípios quando afirma:

O idealismo de Wilson [...] definia os Estados Unidos como guardiões do bem-estar do mundo. O destino da América era ser “a mais justa, a mais progressiva, a mais honrada e iluminada nação do mundo”. [...] isto definia ajudar os povos em termos de fazê-los mais parecidos com os norte-americanos. [...] (Apud PECEQUILO, 2003, p. 93).

A partir de 1939 as relações internacionais se acirram com o advento de uma segunda Guerra Mundial. Na Europa, os regimes totalitários ganharam força, sobretudo na Alemanha. O nazismo de Hitler invadiu o território polonês no mesmo ano, sendo esse acontecimento um fator decisivo para o desencadeamento do conflito mundial.

Inicialmente, os EUA, sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt<sup>iv</sup>, assumiram uma postura de neutralidade, apenas atuando no fornecimento de munições à Inglaterra e outras nações aliadas. Contudo a partir de 1941 o cenário muda com o ataque japonês a base naval estadunidense de Pearl Harbor, localizada no Havaí. O ataque foi uma resposta aos vários embargos de importação, sobretudo de petróleo, promovidos pelos EUA como forma de barrar o expansionismo nipônico. É nesse momento que os norte-americanos entram na guerra de forma oficial, a princípio com uma declaração de guerra apenas ao Japão. Em dezembro de 1941, Roosevelt profere um discurso de declaração de guerra onde afirma:

Ontem, 7 de dezembro de 1941 - uma data que viverá na infâmia [...] O povo dos Estados Unidos já formou suas opiniões e compreende bem as implicações para a própria vida e segurança de nossa nação. [...] Não importa quanto tempo demore para superar essa invasão premeditada, o povo americano em sua força justa vencerá até a vitória absoluta. [...] Existem hostilidades. Não há como piscar para o fato de que nosso povo, nosso território e nossos interesses estão em grave perigo. [...] Peço que o Congresso declare que desde o ataque não provocado e covarde pelo Japão no domingo, 7 de dezembro de 1941, existe um estado de guerra entre os Estados Unidos e o Império Japonês. (ROOSEVELT, 1941).

Como forma de obter apoio popular, o discurso pró-guerra se volta para o ato de “vilanização” do inimigo, estratégia bastante comum na retórica estadunidense. Ao definir o ataque japonês como covarde, Roosevelt produz uma imagem de “ataque sem razão” estabelecendo os nipônicos como “vilões” que precisavam ser detidos a qualquer custo. A imprensa e a mídia foram utilizadas como grandes armas para produção de um sentimento de união nacional contra os japoneses e também alemães e assim legitimar suas ações no conflito bélico.

O rádio se consolidou como principal meio de comunicação durante a II Guerra Mundial. Os EUA utilizaram desta ferramenta midiática para promover a “desumanização” dos seus inimigos além de buscar justificar o conflito e estimular nos ouvintes o ódio aos nipônicos. Antes do lançamento das terríveis bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, a mídia foi manipulada visando à legitimação do ataque sob o discurso de que a indústria da guerra precisava ser detida no Japão. (HENN, 2012, pp.670-686).

Anos mais tarde, o conflito que ficou conhecido como Guerra Fria (1947-1991) teve como marco a polarização mundial causada pelo embate entre duas grandes potências econômicas: EUA *versus* URSS e seus aliados. Durante o período, o forte discurso de extermínio à “ameaça comunista”, baseado numa visão totalmente maniqueísta da luta do bem contra o mal; luz e trevas, heróis e vilões, disseminada pelos EUA, foi ferramenta primordial para legitimação de suas atitudes durante o conflito. Postura fundamental para tentar construir, no imaginário social, a figura heroica de um povo que “faz absolutamente tudo que for necessário” para proteger a nação e seus ideais como afirma a linguística Cibele Dugaich (2001, p.49):

[...] o sujeito americano se significa como herói do seu povo e de todos os outros, bem como entende, por antecipação, que é visto desse modo pelos demais povos, o que o leva a trabalhar essa posição e a permanecer nesse lugar através de um processo constante de heroicização que confirma os Estados Unidos como *The Land of the Brave*.

A pesquisadora descreve bem a forma como os EUA se posicionam diante as demais nações. Se autoproclamando heróis e buscando a manutenção dessa posição tendo como base as suas conquistas, com destaque para o seu sistema político, que em seus discursos é o sinônimo de civilidade e liberdade.

### O discurso anticomunista: construindo um inimigo ideológico

Nesse cenário de acirrado embate político, o socialismo soviético era um inimigo a ser combatido e seu expansionismo precisava ser detido a qualquer custo. Os EUA passam a estimular e propagar uma ideologia anticomunista dentro do seu território. O então senador Joseph Raymond McCarthy<sup>v</sup> inicia um movimento de ferrenha perseguição a qualquer suposta ameaça comunista existente dentro do país.

O movimento conhecido como Macarthismo se baseou num discurso de repulsa ao comunismo se tornando uma verdadeira “caça às bruxas” (SANTOS, 2019, p. 283-307). O controle dos meios de comunicação também foi essencial tanto para impedir que ideais socialistas fossem propagadas no país, quanto para disseminar os ideais estadunidenses de defesa da democracia, da religião, da propriedade privada e da liberdade.

De acordo matéria publicada pela BBC News Brasil, em 10 de dezembro de 2018, intitulada “*Medo do comunismo nos EUA, é dado um destaque para a perseguição sofrida pelos os professores nos anos 50, muitos sendo demitidos sob a suspeita de serem 'vermelhos'*”. Essa categoria estava entre os principais alvos da censura Macarthista, pois suas atividades eram vistas como potencialmente perigosa na doutrinação das futuras gerações.

O cinema também foi utilizado como ferramenta para manipulação do imaginário das massas e auxiliou no processo de “demonização” do comunismo como meio de estimular ou construir o estereótipo do “comedor de criancinhas” e propagar o medo, conforme afirma Valim (2006, p. 59):

Na retórica anticomunista, o comunismo era frequentemente descrito como uma doença, um germe, ou uma forma de lavagem cerebral. Muitos filmes de ficção científica do período incorporaram esses elementos. As invasões alienígenas, a transformação de pessoas em zumbis sem vontade própria e o controle mental foram artifícios repetidamente utilizados [...].

Ao longo desse período, foi comum a utilização por parte dos EUA de uma retórica inflamada contra os chamados “vermelhos” ou comunistas. Esse discurso que separava a democracia “os mocinhos” e os comunistas “os vilões” foi usado por diversas administrações norte-americanas para tentar conter a ideologia que representava ameaça a sua hegemonia e proporcionou apoio interno e externo aos estadunidenses, principalmente a partir das medidas tomadas por meio da chamada política de contenção.

A América Latina foi um dos principais alvos da política de contenção, onde qualquer governo que representasse ameaça aos ideais e interesses norte-americanos deveriam ser imediatamente impedidos sob o pretexto da existência de comunistas na localidade, como afirma Gonçalves (2004, p.51). Foi o caso das inúmeras intervenções em Cuba, pós 1959, a derrubada do governo legitimamente instituído de Salvador Allende no Chile (1973) e o caso da Nicarágua, em 1979, com os sandinistas, entre outros.

Ao final dos anos 1980, uma nova conjuntura internacional se instala, a crise da União Soviética e com ela o esfacelamento do bloco por ele hegemônico, leva a um período de intensas modificações.

### **A construção do “novo” inimigo no pós-Guerra Fria**

O cenário internacional no pós-Guerra Fria pode nos levar a impressão de que, com a queda do Socialismo Real, abriu-se o caminho para um mundo unipolar e de supremacia estadunidense. No entanto, o curso da história não seguiu de forma tão previsível. Houve um estreitamento de relações entre países europeus, sobretudo com a assinatura do Tratado da União Europeia, em 7 de fevereiro de 1992, consolidando a formação de um novo e forte bloco político e econômico. No Oriente, países como China, Índia e Japão mostraram grande potencial em seu desenvolvimento e modernização econômica e militar, demonstrando cada vez mais autonomia e se revelando um obstáculo para a hegemonia estadunidense. Para Emmanuel Todd: [...] “O mundo que está sendo criado não será um império, controlado por uma única potência. Será um sistema complexo, no qual se haverá de equilibrar um conjunto de nações ou metanações, de escalas equivalentes, ainda que não propriamente iguais” (*Apud* SILVA, 2010, p.161).

O pós-guerra trouxe consigo um cenário preocupante para os EUA, onde alguns países da Europa e do Leste Asiático emergiam como potências econômicas. Cenário que impõem a necessidade de reafirmar o seu protagonismo e sua importância no campo internacional. O discurso foi mais uma vez utilizado para apontar um novo inimigo, desta vez o terrorismo oriental entra em cena como grande vilão a ser combatido e que apenas os EUA seriam capazes de tal “missão”.

O poder do discurso sempre foi explorado pelos presidentes dos EUA no decorrer da história. Sempre buscando apontar, principalmente, quem é o inimigo; o que é “correto” e o que

é “errado”; quem são os aliados e quem deve ser eliminado. Busca assim, moldar a percepção pública de acordo seus interesses, garantido a permanência e a expansão do seu poder, conforme afirma Edwards:

[...] a construção presidencial de inimigos é um dos componentes centrais do léxico de política externa de um presidente e torna-se um guia básico para compreender a política externa norte-americana em geral [...] a retórica presidencial é usada como ferramenta para moldar a percepção pública acerca de determinados atores e garantir apoio às decisões políticas (*Apud* LEITE, 2013, p.19).

Essa poderosa “arma”, elaborada de forma estratégica principalmente com a utilização de analogias e metáforas, visava construir uma realidade com a exaltação do “eu” onde o governo dos EUA seria o salvador, o protetor, o civilizado e evoluído e a negação do “outro” como o bárbaro e o vilão que irá trazer destruição sobre a nação e quiçá, toda civilização.

Os comunistas, durante várias décadas, foram alvo do discurso estadunidense sendo comparados à alienígenas, monstros, zumbis, bruxas, enfim, inúmeras analogias que legitimavam as medidas de repressão aplicadas e diminuía a imagem do outro tornando-o um inimigo. Mas, num mundo pós-Guerra Fria, num cenário de derrota da URSS e de vitória do mundo liberal capitalista, o que acontece agora sem a existência de uma ameaça estatal?

É a partir desse momento que um “novo” inimigo surge, fato central para destacar a importância dos EUA para a *pax mundial*. A retórica é a mesma, diante dessa nova ameaça, somente a principal potência mundial é capaz de exterminá-la e assegurar a paz e a civilidade mundial. Nesse contexto, o terrorismo<sup>vi</sup> internacional passa a ser apontado como o inimigo número UM do mundo civilizado, com destaque para os diversos grupos fundamentalistas e/ou governos não-colaboracionistas presentes no Oriente Médio, o que faz dessa região, alvo principal dos discursos e ações estadunidenses do final do século XX e início do XXI.

### **Guerra do Golfo-Pérsico**

Em meados de 1990, as tropas iraquianas sob ordem do ditador Saddam Hussein<sup>vii</sup> invadiram a antiga colônia britânica chamada Kuwait<sup>viii</sup>. Dentre os motivos para invasão, alegado por Hussein estava à acusação de que o país estaria roubando o petróleo pertencente ao Iraque. Essa invasão foi um marco histórico que mudou drasticamente as relações dos EUA com o Oriente Médio. Estava nascendo o novo inimigo da “paz” que precisava ser detido a todo custo pelos “heróis” americanos.

As respostas do governo dos EUA, sob o comando do então presidente George Bush (1989-1993) foram rápidas, repudiando o ato e exigindo que as tropas iraquianas recuassem imediatamente. Para os Estados Unidos era inadmissível que o Iraque tivesse poder sobre o território que produzia aproximadamente 10% de todo petróleo mundial. Imediatamente foram tomadas medidas de retenção a qualquer assistência ao Iraque, e na sequência, se inicia uma ofensiva militar, sob o argumento da urgência na defesa de um mundo livre e democrático, como mostra parte do discurso do presidente.

[...] Um regime de marionetes imposto de fora é inaceitável. A aquisição de território pela força é inaceitável. Ninguém, amigo ou inimigo, deve duvidar do nosso desejo de paz; e ninguém deve subestimar nossa determinação em enfrentar a agressão (BUSH, 1990).

Reforça essa postura com a busca por pintar a imagem do então governante do Iraque, Saddam Hussein, como um “selvagem” sem escrúpulos, capaz de ir até as últimas consequências para alcançar suas egoístas ambições, como bem demonstra essa parte do pronunciamento de Bush pai.

Enquanto o mundo esperava, Saddam Hussein sistematicamente estuprou, pilhou e saqueou uma pequena nação, sem ameaça para a sua. Ele submeteu o povo do Kuwait a atrocidades indescritíveis – e entre os mutilados e assassinados, crianças inocentes. Enquanto o mundo esperava, Saddam procurou adicionar ao arsenal de armas químicas que agora possui, uma arma de destruição em massa infinitamente mais perigosa – uma arma nuclear. E enquanto o mundo esperava, enquanto o mundo falava de paz e retirada, Saddam Hussein cavou e moveu forças massivas para o Kuwait (BUSH, 1991).

A estratégia dos Estados Unidos para legitimar suas intervenções, é explanar os fatos de forma que o ouvinte conclua que as ações dos inimigos não se tratam de meras investidas contra outro país com finalidade de ganhos econômicos, territoriais ou políticos, mas sim, que transcendem para um outro nível de violência contra valiosos padrões morais. Não é um ataque a uma nação e sim a toda uma ordem, a liberdade, a segurança e a paz que todos têm direito.

Ao longo de dez anos, o Iraque foi o alvo primordial das ações externas dos EUA, não apenas no governo do republicano George W. Bush, quanto no do seu sucessor, o democrata, Bill Clinton (1993-2001), que herdou o conflito e manteve a mesma retórica do governo anterior.

## OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O “NOVO” INIMIGO: O GOVERNO BUSH E A JUSTIFICATIVA PARA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

William J. Clinton assume a presidência dos Estados Unidos em janeiro de 1993, quando, em seu discurso inaugural, exalta a democracia estadunidense e defende a liderança do país em escala mundial:

Hoje, à medida que uma ordem mais antiga passa, o novo mundo é mais livre, mas menos estável. O colapso do comunismo suscitou velhas animosidades e novos perigos. Claramente, a América deve continuar a liderar o mundo que tanto fizemos para construir (CLINTON, 1993).

Embora siga a mesma lógica do seu antecessor, o governo Clinton traz algumas mudanças pontuais em relação à sua política externa. Nesse campo, suas ações têm uma nova finalidade no uso das forças armadas, voltando-se para as causas ditas humanitárias, que visavam o estabelecimento da “ordem” em países dominados pelo “caos” como por exemplo, as intervenções realizadas no Haiti e na Somália. Os EUA eram o único país capaz de levar a “civilidade” paz e ordem para essas nações. Caberia, portanto, aos Estados Unidos garantir que os “atrasados” não se desviassem do caminho “certo” (LEITE, 2013, p.66).

Esse discurso surge a partir de um cenário de ausência de uma figura central, para designar como inimigo, em especial no caso da Somália. Totalmente diferente da luta contra o comunismo, tendo Stálin como protagonista, ou mesmo como na ocasião do ataque ao Kuwait com Saddam Hussein. O que se observa é a busca da reafirmação da superioridade dos EUA, mostrando sua capacidade de executar seu papel de defensores da liberdade, da democracia e do desenvolvimento diante de um cenário de total desordem.

Em seu segundo mandato, iniciado no ano de 1998, Clinton volta sua atenção à questão da segurança nacional, apontando, novamente, o terrorismo como a principal ameaça. A vigilância se deu, principalmente, sobre países como Irã, Iraque, Líbia, Paquistão, entre outros. Sobretudo, o presidente destaca o risco da existência de programas de desenvolvimento de armas nucleares para destruição em massa. É nesse período também que o termo “Estados fora da lei” – *Outlaw States* se torna bastante presente nos discursos estadunidenses. Qualquer país que não se enquadrasse aos padrões dos interesses da potência líder, automaticamente se tornava uma ameaça internacional que deveria ser detida pelo bem da ordem e da segurança mundial.

Ainda que nesse cenário o nome de Saddam Hussein ainda fosse citado, um novo rosto inimigo aparece e recebe destaque: Osama Bin Laden<sup>ix</sup>, apontado como fundador e líder do grupo terrorista Al-Qaeda. Em entrevista realizada no ano de 1998, a Secretária de Estado

Madeleine Albright afirmou que Bin Laden e seu grupo tinham como alvo principal os Estados Unidos:

Embora não tenhamos buscado esse confronto, devemos cumprir nossas responsabilidades. Bin Laden e sua rede foram repetidamente advertidos a cessar suas atividades terroristas. Em resposta, eles declararam guerra aos Estados Unidos e atacaram primeiro, e nós sofremos profundamente. Mas não seremos intimidados. Vamos trabalhar duro para identificar ameaças futuras e frustrá-las. Como os ataques de hoje ilustram, não haverá santuário ou abrigo seguro para terroristas (ALBRIGHT, 1998).

Na ocasião, a Secretária de Estado se referia aos ataques sofridos nas embaixadas dos EUA no Quênia e Tanzânia, apontando Osama Bin Laden, assim como Saddam Hussein, um ditador impiedoso, totalmente indiferente à morte de inocentes e determinado a exterminar os EUA. Matar “americanos” era seu objetivo principal. Em carta aos líderes do Congresso, o presidente Clinton afirmava:

Osama Bin Laden e suas organizações e associados convocaram repetidamente seus apoiadores a praticar atos de violência. Bin Laden declarou que matar americanos e seus aliados "é um dever individual de todo muçulmano (...). Essas ameaças visam claramente interromper violentamente o processo de paz no Oriente Médio (CLINTON, 1998).

Ainda sobre as características do líder terrorista, podemos destacar o trecho discurso de Clinton à Nação, sobre as ações militares no Afeganistão e no Sudão, em seu segundo mandato:

Quero falar com vocês sobre o objetivo desta ação e por que foi necessária. Nosso alvo era o terror; nossa missão era clara: atacar a rede de grupos radicais afiliados e financiados por Osama Bin Laden, talvez o mais proeminente organizador e financiador do terrorismo internacional no mundo de hoje. Os grupos associados a ele vêm de diversos lugares, mas compartilham o ódio pela democracia, uma fanática glorificação da violência e uma horrível distorção de sua religião para justificar o assassinato de inocentes. Eles fizeram dos Estados Unidos seu adversário precisamente por causa do que defendemos e contra o que defendemos. [...] Sua missão é o assassinato e sua história é sangrenta (CLINTON, 1998).

Enfim, várias são as falas presidenciais e de membros do governo, utilizados como retórica para justificar as ações dos EUA diante de grupos contrários aos seus interesses. Tais pronunciamentos, em síntese, buscam apresentar os EUA como odiados por defenderem a liberdade, a democracia e a paz, o que torna legítimo toda e qualquer ação com vista a manutenção de tais valores e direitos.

Apesar da grande tensão provocada pela escalada dos conflitos no oriente, envolvendo os EUA e grupos terroristas e/ou governos não aliados, ao longo do governo Bush pai e Clinton, foi no governo do seu sucessor, o período de maior instabilidade envolvendo os EUA e o chamado terrorismo islâmico.

### **O Governo Bush e o 11 de setembro de 2001**

O ex-governador texano George Walker Bush, foi empossado em janeiro de 2001 como 43º presidente dos EUA. Em seu discurso em relação à política externa, Bush mantém o posicionamento de seus antecessores, colocando o país como responsável e único capaz de promover a paz, a liberdade e proteger a democracia no mundo.

A questão do terrorismo esteve extremamente presente em seu mandato, muito em função dos fatos ocorridos em 11 de setembro de 2001. Nessa data, o ataque ocorrido na cidade de Nova Iorque, com a destruição das torres do centro empresarial *World Trade Center*, assumido pela Al-Qaeda, eleva, ainda mais a temperatura no mundo. Sob a justificativa de responder às intervenções estadunidenses no Oriente Médio, os ataques em solo americano se tornaram um forte argumento para ações ainda mais contundentes por parte do governo dos EUA na sua cruzada contra o terror.

O pós 11 de setembro, foi marcado por intensa escalada de ações no combate aos terroristas e seus aliados. Em um discurso a uma rádio, Bush filho relata algo similar ao que estava presente no discurso de Clinton quanto aos motivos que levaram os terroristas a odiarem os EUA. São odiados por aquilo que defendem e por ser um povo de coragem e compaixão:

Uma grande tragédia se abateu sobre nós, e a estamos enfrentando com o que há de melhor em nosso país, com coragem e preocupação pelos outros, porque esta é a América. Isto é, quem nós somos. Isso é o que nossos inimigos odeiam e atacaram. E é por isso que vamos prevalecer (BUSH, 2001).

O maniqueísmo bem/mal também se mostra presente nos discursos pós atentados:

Quero agradecer aos membros do Congresso por sua unidade e apoio. A América está unida. As nações amantes da liberdade do mundo estão ao nosso lado. Esta será uma luta monumental do bem contra o mal, mas o bem prevalecerá. Muito obrigado (BUSH, 2001).

## OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O “NOVO” INIMIGO: O GOVERNO BUSH E A JUSTIFICATIVA PARA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

Nesse momento a retórica estadunidense é colocada, mais uma vez, como forma de enaltecimento dos valores morais de sua nação, em contraponto com a “monstruosidade” terrorista. As intervenções no Oriente Médio passam a ser vistas no âmbito internacional como necessárias, passando a contar com o apoio de vários países, criando um consenso que era necessário retomar a ordem, a liberdade e a paz.

Em 7 de Outubro de 2001, os Estados Unidos iniciaram uma ofensiva militar intitulada “*Enduring Freedom*” ou Liberdade Duradoura. O alvo central, nessa operação foi o Afeganistão, com o objetivo de derrubar o regime do movimento fundamentalista islâmico conhecido como Talibã, tido como principal financiador da Al-Qaeda. A ofensiva teve início com lançamento de mísseis e bombardeios aos campos de treinamento pertencentes rede extremista Al-Qaeda e as bases militares do regime Talibã.

No mês de dezembro do mesmo ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) criou a “*International Security Assistance Force*” (Força de Assistência Internacional em Segurança- ISAF) por meio do Acordo de Bonn e a Resolução 1.386 do CSNU. Na ocasião, foi nomeado o cientista político Hamid Karzai para assumir o comando do Afeganistão de forma interina. Ao longo dos anos seguintes, os EUA fizeram um grande esforço para ocupar militarmente o Afeganistão, com a expulsão do poder do Talibã e tentativa de aniquilamento da Al-Qaeda. No final de 2003 é que a Missão de Segurança passou a se expandir assumindo operações militares em outras regiões do país, tendo todo esse processo sido concluído em outubro de 2006.

No ano de 2002, foi levada ao Congresso a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (*National Security Strategy of the United States*) também conhecida como “Doutrina Bush”<sup>x</sup> e que a partir daqui identificaremos com a sigla NSS. Essa doutrina estabeleceu formas de ação para defesa do país e elegeu “oficialmente” o terrorismo e seus aliados como principal inimigo dos EUA, como pode ser observado nos seus primeiros trechos:

[...] Durante a maior parte do século XX, o mundo foi dividido por uma grande luta por ideias: visões totalitárias destrutivas versus liberdade e igualdade. Essa grande luta acabou.[...] A América agora está menos ameaçada por Estados conquistadores do que por Estados falidos. Somos ameaçados menos por frotas e exércitos do que por tecnologias catastróficas nas mãos de uns poucos amargurados.[...] O objetivo dessa estratégia é ajudar a tornar o mundo não apenas mais seguro, mas melhor. Nossos objetivos no caminho do progresso são claros: liberdade política e econômica, relações pacíficas com outros Estados e respeito pela dignidade humana.[...] fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques contra nós e nossos

## OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O “NOVO” INIMIGO: O GOVERNO BUSH E A JUSTIFICATIVA PARA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

amigos. (NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES – NSS, 2002)

No documento também é evidenciado a necessidade de “não deixar o inimigo atacar primeiro” devido aos seus métodos e potencial bélico, os EUA deveriam adotar uma nova postura, a prevenção como sua grande arma:

[...]Não podemos deixar nossos inimigos atacarem primeiro[...] Na Guerra Fria, as armas de destruição em massa eram consideradas armas de último recurso, cujo uso arriscava a destruição de quem as usava. Hoje, nossos inimigos vêem as armas de destruição em massa como armas de escolha.[...] Esses Estados também veem essas armas como seu melhor meio de superar a superioridade convencional dos Estados Unidos (NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES – NSS, 2002).

A então Assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, em outubro de 2002, definiu a NSS como ousada para proteção da nação, que captura as novas realidades e oportunidades da época e colocando como principais pilares da Estratégia de Segura a defender, a preservar e estender a paz. No que diz respeito à guerra preventiva, a Assessora relata que apesar de não ser um conceito novo, nunca houve nenhuma exigência moral ou legal de que um país precise esperar ser atacado para então enfrentar as ameaças. Segundo Rice (2002), a guerra preventiva é necessária diante de um inimigo extremista capaz de gerar consequências catastróficas.

O uso de expressões como Estados “falidos” e “fracos”, usados pela NSS denotam ao EUA uma posição de superioridade em relação aos países dominados por grupos extremistas no Oriente Médio. Um lugar de barbárie, incivilidade e inferioridade, adjetivações que tinham como objetivo, criar um consenso da opinião pública nacional e internacional para obtenções de apoios às ações dos EUA.

Em novembro de 2004, o republicano consegue a reeleição. Alguns analistas apontam que a vitória de Bush filho se deva muito mais a comoção provocada pelos atentados de 11 de setembro do que pela sua efetiva atuação como governante.

O discurso a respeito da expansão da democracia é mantido como justificativa para intervenção estadunidense em territórios estrangeiros, com objetivo de acabar com a tirania no mundo, conforme o presidente afirmou em discurso inaugural no dia 20 de janeiro de 2005:

Portanto, é política dos Estados Unidos buscar e apoiar o crescimento de movimentos e instituições democráticas em todas as nações e culturas, com o objetivo final de acabar com a tirania em nosso mundo. [...]Hoje, a América

## OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O “NOVO” INIMIGO: O GOVERNO BUSH E A JUSTIFICATIVA PARA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

fala de novo aos povos do mundo. Todos os que vivem na tirania e na desesperança podem saber: os Estados Unidos não irão ignorar sua opressão nem desculpar seus opressores. Quando você defender sua liberdade, nós estaremos com você (BUSH, 2005).

Acerca das intervenções realizadas no Iraque e Afeganistão e ainda citando o termo tirania em sua retórica, o documento *Quadrennial Defense Review Report*, de 6 de fevereiro de 2006, disponível no site Homeland Security Digital Library, relata que o Iraque está se recuperando de décadas de tirania cruel. Segundo o governo, os EUA estão conseguindo estabelecer as bases para o surgimento de um Iraque democrático que não será mais porto seguro de terroristas, e se tornará um modelo de liberdade para o Oriente Médio.

Ainda no referido documento, o tópico “*Defeating Terrorist Networks*” descreve como objetivo das redes terroristas, atacar as populações das nações que aderiram a luta liderada pelos EUA. Define que o meio para que o terrorismo caia no esquecimento assim como o Nazismo e o Comunismo soviético, é a criação de ambiente hostil aos seus ideais a partir de governos legítimos com capacidade de se policiar e negar aos terroristas os recursos que precisam para sua sobrevivência (*Quadrennial Defense Review Report*, 2006).

No campo prático, as diversas ações militares desencadeadas pelos EUA, com ou não apoio de outras forças nacionais, teve, pelo menos momentaneamente, efeitos favoráveis aos interesses estadunidenses. No Iraque, a derrubada do regime de Saldam Hussein, culminou na sua perseguição, condenação e morte em dezembro de 2006, com o estabelecimento de um regime aliado aos interesses dos EUA. No Afeganistão a ocupação territorial levou a construção de um governo pró-EUA e ao desmembramento da rede Al-Qaeda, inclusive com morte do seu principal líder, assassinado em uma ação armada, em 02 de maio de 2011, e com a restrição do Talibã, a regiões fronteiriças, mas sem a sua derrota total.

No geral, pode-se considerar como vitoriosa as ações da política externa do governo Bush, no que tange aos seus objetivos imediatos, a derrota dos líderes inimigos. No entanto, esses fatos não evitaram o seu desgaste, especialmente pelas características próprias dessa modalidade de guerra, do perfil dos agentes inimigos e das áreas onde essas ações se desenvolveram. A guerra contra o terrorismo, principalmente no Iraque e Afeganistão, já se arrastava por bastante tempo gerando aumento de gastos, perdas humanas e uma porcentagem considerável de rejeição na opinião pública, fato que impulsiona, aliado a outros fatores a mudanças pontuais na política externa dos EUA, mas, sem nunca deixar de vista, como bem

demonstra as ações dos governos pós-Bush da política externa desse país, na busca incansável pela manutenção da sua posição de potência hegemônica no sistema global.

## CONCLUSÃO

A grande potência da América, habituada a liderar e ditar as regras, viu nos atentados de 11 de setembro de 2001 a sua autoridade colocada em dúvida. Após as intervenções no Oriente Médio, não esperavam um ataque direto e de consequências tão drásticas. Nessa situação os EUA colocam em prática sua principal arma: a manipulação de massas mediante um discurso antiterror a fim de conseguir apoio e legitimar suas ações, caracterizando-as como defesa de seu território.

Vemos no decorrer da história dos EUA que ao se posicionarem em seus discursos, em muitas ocasiões utilizando afirmações como “*povo escolhido por Deus*” e “*nação exemplo para o mundo*”, buscou-se estabelecer um lugar de posição diferenciada e a construção de uma imagem de nação “superior”. Através dessa máxima, estabelecer seus princípios e valores como universais a serem copiados por todos.

Por outro lado, para que posição de superioridade existisse, era necessário também a vilanização do outro para que fosse criado no imaginário das massas a ideia de guerra do bem contra o mal. Era preciso um “alvo” que passaria a ser apontado como inimigo, uma ameaça, que simbolizaria a barbárie e a maldade.

Essa forma de enxergar “o mundo” por meio de uma dualidade básica foi crucial para incutir no imaginário social a “nobreza” dos valores e princípios “protegidos” pelos EUA em detrimento dos ideais valorizados por aqueles que foram considerados vilões. Estratégia que visa legitimar as ações estadunidenses no campo internacional a fim de proteger seus interesses econômicos e políticos. É nesse contexto que se insere a “caça às bruxas” do comunismo e, no pós Guerra Fria, as ofensivas no Oriente Médio. Ações que por trás de um discurso de defesa da *pax mundial*, buscava, sobretudo, assegurar os seus interesses políticos e econômicos.

Assim, foi através da construção de inimigos externos, realizada por meio de narrativas disseminadas através dos meios de comunicação, visando a manipulação da opinião pública em favor de seus interesses que os governos estadunidenses asseguraram a sua hegemonia em diversos momentos da sua história.

## REFERÊNCIAS

BUSH, George. **Address to the Nation Announcing the Deployment of United States Armed Forces to Saudi Arabia**. 08 de agosto de 1990. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-announcing-allied-military-action-the-persina-gulf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Address to the Nation announcing Allied Military Action in the Persian Gulf (1991)**. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-announcing-allied-military-action-the-persina-gulf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

BUSH, G. **Address to the nation (2001)**. Disponível em: [www.gergewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.HTML](http://www.gergewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.HTML). Acesso em 20 de agosto de 2021.

CLINTON, William J. **Inaugural Address**. Washington, 20 de jan. de 1993. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-announcing-allied-military-action-the-persina-gulf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Address to the Nation on Military Action Against Terrorist Sites in Afghanistan and Sudan**. The White House, 20 de Agosto de 1998. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-announcing-allied-military-action-the-persina-gulf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

ALBRIGHT, Madeleine. **Press Briefing by Secretary of State Madeleine Albright and National Security Advisor Sandy Berger (1998)** Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu>. Acesso em 25 de junho de 2020.

BBC NEWS BRASIL. **Medo do Comunismo no EUA: os professores perseguidos e demitidos nos anos 50 sob a suspeita de serem ‘vermelhos’**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

BOBBIO, N. MATHEUCCI, N. PASQUINO, G. **Dicionário Político**, Vol. 11º Ed. Brasília: Editora UNB, 1998, P. 1243-1245.

DUGAICH, Cibele Mara. O marketing político americano da Guerra Fria: **Discurso, mistificação e mídia**, Unicamp, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br>. Acesso em 09 de setembro de 2019.

GONÇALVES, Samo Sérgio. A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós Guerra Fria. Revista digital PUC-RIO, 2004. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

HENN, Leonardo Guedes. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da segunda guerra mundial. **Revista Sociais e Humanas**, Rio Grande do Sul, p. 670-686, 31 jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br>> Acesso em: 15 de setembro de 2021.

Homeland Security Digital Library. **Quadrennial Defense Review Report (2006)**. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?abstract&did=459870> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579834691. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br>> Acesso em: 29 de maio de 2020.

**National Security Strategy of the United States – NSS, 2002**. Disponível em: <[https://www.dod.gov.pubs/foi/international\\_security\\_affairs/other/641](https://www.dod.gov.pubs/foi/international_security_affairs/other/641)> (pdf). Acesso em agosto de 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos EUA**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. 2011.

**RESOLUÇÃO N.º 687 (1991)** (Adoptada pelo Conselho de Segurança na sua 2981ª sessão a 3 de abril de 1991. Disponível em: <<https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2000/29/aviso02.asp>> Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

RICE, Condoleezza. **Discusses President's National Security Strategy (2002)**. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

ROOSEVELT, Franklin D. **Address to congress Requesting a Declaration of War With Japan (1941)**. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-announcing-allied-military-action-the-persina-gulf>> Acesso em 15 de junho de 2021.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. **Medo, Paranoia, Macarthismo e o Século XXI: usando o episódio 22 de além da imaginação em sala de aula. História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 67, n.1, p. 283-307, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br>> Acesso em: 20 de outubro de 2019.

SILVA, André Luiz Reis da. **Depois do muro: crise de hegemonia e multipolaridade no sistema internacional pós-Guerra Fria**. História: Debates e Tendências – v. 10, n. 1, jan./jun. 2010, p. 156-172. Disponível em: <http://seer.upf.br> Acesso em: 22 de outubro de 2019.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: Uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria 1945-1954**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br>> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

## Notas

<sup>i</sup> 43º presidente do EUA de 2001 a 2009. Anteriormente, ocupou o cargo de governador do Texas entre os anos 1995 e 2000.

<sup>ii</sup> Conflito geopolítico entre EUA, URSS e seus aliados de 1947 a 1989.

<sup>iii</sup> Thomas Woodrow Wilson foi um político americano, 28º Presidente dos Estados Unidos de 1913 até 1921.

<sup>iv</sup> Presidente dos EUA entre os anos 1933 e 1945. Foi responsável também pela implantação do plano de governo conhecido como *New Deal* que objetivava amenizar os efeitos causados na economia pela Grande Depressão de 1929.

---

<sup>v</sup>Nascido em 14 de novembro de 1908, serviu no Senado dos Estados Unidos, representando o estado de Wisconsin de 1947 até 1957, que em função das suas ações em oposição ao comunismo, acabou dando nome ao movimento anticomunismo no país, batizado de “Macarthismo”.

<sup>vi</sup> Segundo o Dicionário de Política, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino Bonanate, o terrorismo no âmbito internacional é definido no dicionário citado, como a única forma de ação possível para aqueles que não aceitam a ordem internacional existente e suas ações são caracterizadas como um tipo de guerra onde “os terroristas combatem contra um Estado de que não fazem parte e não contra um Governo [...] mesmo quando por sua vez não representam um outro Estado”. (BOBBIO, MATHEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 1244).

<sup>vii</sup> Presidente do Iraque de 16 de julho de 1979 a 9 de abril de 2003, que também acumulou o cargo de primeiro-ministro nos períodos de 1979 até 1991 e 1994 até 2003.

<sup>viii</sup> Apesar de pequeno, o Kuwait é um país que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Fica no Oriente Médio, na Ásia, e sua capital também se chama Kuwait.

<sup>ix</sup> Nascido em 1957 na cidade de Riyadh, na Arábia Saudita, morreu em 2 de maio de 2011 e foi o fundador da organização islâmica Al-Qaeda.

<sup>x</sup> Termo utilizado pelo pesquisador, Lucas A. B. Leite, no livro de sua autoria: A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria. Em seu trabalho, faz um estudo profundo dos discursos presidenciais estadunidense, como estratégia de construção do inimigo externo, com a finalidade de obter apoio para a política externa dos respectivos governos. Ver Leite (2013).